

IC - Inquérito Civil n. 06.2019.00002949-4

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, doravante denominado simplesmente **Ministério Público**, e **MARCELO AUGUSTO SENSOLO – ME (CHAI PUB)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 30.146.875/0001-67, com sede na Rodovia Francisco Thomaz dos Santos (SC-406), n. 500, Campeche, Florianópolis, SC, representada por seu sócio Marcelo Augusto Sensolo, CPF 041.608.159-28, doravante denominado **Compromissário**, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO a função institucional do Ministério Público de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127 da Constituição Federal do art. 93 da Constituição do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses metaindividuais prevista no art. 129, inciso III, da Constituição Federal, e art. 5º, caput, da Lei n. 7.347, de 1985;

CONSIDERANDO que na defesa de tais interesses e direitos pode o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347, de 1985;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade

de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da Constituição da República);

CONSIDERANDO as notícias de funcionamento irregular do estabelecimento comercial, com realização de eventos musicais sem a obtenção de licenças e alvarás exigíveis;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS**:

Cláusula 1ª. O compromissário obriga-se a não realizar eventos musicais ou qualquer outra atividade que importe na emissão de fonte sonora e concentração de público no endereço localizado na Rodovia Francisco Thomaz dos Santos, n. 500, Campeche, nesta Capital, sem obter a regularização de seu estabelecimento com a expedição dos seguintes documentos:

I – Habite-se da edificação;

II – autorização do Corpo de Bombeiros Militar;

III – alvará da Gerência de Fiscalização de Jogos e Diversões da Delegacia-Geral da Polícia Civil (Gefij);

IV – alvará de localização e funcionamento;

V – aprovação dos estudos específicos e de impacto preconizados no Anexo F02 da Lei Complementar municipal n. 482, de 2014, de Florianópolis, exigidos em relação ao zoneamento do imóvel; e

VI – Certidão de Tratamento Acústico (CTA) ou autorização para evento esporádico da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram).

Cláusula 2ª. O descumprimento da obrigação assumida na cláusula anterior sujeitará o **compromissário** a multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil

reais) por dia de evento realizado, a ser revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), sem prejuízo de outras medidas judiciais e da execução específica.

Cláusula 3ª. Este compromisso não inibe ou restringe as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão público, não limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares nem afasta a responsabilidade criminal por fatos pretéritos.

Cláusula 4ª. O **Ministério Público** obriga-se a não agir judicialmente contra o **compromissário** em relação ao objeto deste ajuste, enquanto ele for cumprido.

Cláusula 5ª. As partes elegem o foro da Comarca da Capital para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

Cláusula 6ª. O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta será eficaz a partir de sua assinatura.

E, por estarem assim compromissados, firmam este TERMO em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Florianópolis, 17 de setembro de 2019.

Rogério Ponzi Seligman
Promotor de Justiça

Marcelo Augusto Sensolo ME
Compromissário

Mariana Conceição Viegas
Advogada do Compromissário
OAB/SC 41.198-B

Testemunhas:

Ivan Luz de Andrade da Silva: _____.